



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 547305 - GO (2019/0350649-5)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : ROMULO RODRIGUES FEITOSA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : RÔMULO RODRIGUES FEITOSA - GO032251  
KARLA MARTINS REBOUCAS FARIA DOS SANTOS -  
GO040802  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : DUARTE VAZ DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de DUARTE VAZ DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante (convertida a custódia em prisão preventiva) pela suposta prática do crime previsto no artigo 148, § 1º, II, do Código Penal.

Inconformada com o decreto construtivo, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem. A ordem, contudo, foi denegada, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 72):

*EMENTA: HABEAS CORPUS. CÁRCERE PRIVADO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES QUE DECRETOU E MANTEVE A PRISÃO PREVENTIVA. INOCORRÊNCIA. PREDICADOS PESSOAIS. IRRELEVÂNCIA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. INOCORRÊNCIA. MEDIDAS CAUTELARES. INVIABILIDADE. CONSTRANGIMENTO INEXISTENTE. 1) Estando sedimentada a decisão que decretou a prisão preventiva, ante a imprescindibilidade para garantia da ordem pública, em elementos concretos, especialmente na gravidade concreta do delito, a manutenção da medida constritiva não caracteriza constrangimento ilegal. 2) Os ornamentos pessoais do paciente, ainda que comprovados, por si sós não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos dos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal. 3) A prisão provisória não fere o princípio constitucional da presunção de inocência, pois, a própria Constituição, no artigo 5º, inciso LXI, permite a possibilidade de prisão em flagrante ou por ordem fundamentada e escrita da autoridade competente. 4) São inaplicáveis as medidas cautelares diversas da prisão quando demonstradas insuficientes para garantir a proteção da ordem pública. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.*

Na presente oportunidade, a defesa argumenta a ausência de indícios de autoria em relação ao crime imputado. Nesse contexto, ressalta que, *em que pese os depoimentos específicos das supostas vítimas Sra. Mirela Vidal e Sra. Gisele Pereira, que, ressalte, DENTRE TODAS AS VÍTIMAS E TESTEMUNHAS, FORAM AS ÚNICAS*

*QUE INCRIMINARAM O PACIENTE!* tais depoimentos, por si sós, não devem levar a um mal tão grande e angustiante quanto é a prisão amargada pelo Sr. Duarte Vaz neste momento (e-STJ fl. 4). Além disso, Mirela e Gisele se tornaram “amigas confidentes”, tudo levando a crer que iriam combinar os depoimentos em delegacia com o objetivo de se verem livres da internação a qual estavam submetidas. (e-STJ fl. 7). Menciona, ainda, o receituário médico de Gisele Pereira, que demonstraria se tratar de paciente que faz tratamento para esquizofrenia, fortalecendo, assim, a tese de invalidade dos depoimentos prestados contra o paciente.

Pondera que o paciente, embora dependente do álcool e buscando ajuda para se livrar do vício, é um homem trabalhador, pai de dois filhos menores de idade, e tinha boa relação com os internos da clínica onde trabalhava, sendo querido por todos. Ademais, possui residência fixa e a oferta de uma vaga de emprego, garantida pela empresa VIVAZ COSMETICS, tão logo seja solto.

Sustenta, por fim, a ilegalidade da segregação cautelar, ante a ausência de fundamentação idônea do decreto de prisão preventiva e dos motivos autorizadores previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, ressaltando que nem a gravidade abstrata do delito nem argumentos genéricos podem servir como fundamento para a manutenção da medida constritiva. Acrescenta que a outra acusada, Suzana Stuart, já obteve o direito de responder ao processo em prisão domiciliar por decisão do TJGO.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com a expedição do respectivo alvará de soltura. Alternativamente, pugna pela concessão da prisão domiciliar ou a internação do paciente no CENTRO TERAPEUTICO LUMINNUS, "onde a família já conseguiu uma vaga para sua internação" (e-STJ fl. 18).

O pleito urgente foi indeferido (e-STJ fls. 79/82).

Prestadas as informações (e-STJ fls. 87/88), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *habeas corpus* e possível conversão do julgamento em diligência para análise da prisão preventiva conforme a Lei n. 13.964/2019 (publicada em 24/12/2019) (e-STJ fls. 93/96).

Em petição acostada às e-STJ fls. 100/103, a defesa sustenta a existência de injustificado excesso de prazo na duração da instrução criminal, pugnando, assim, pelo relaxamento da prisão.

É o relatório. **Decido.**

O presente *habeas corpus* não merece ser conhecido por ausência de regularidade formal, qual seja, a adequação da via eleita.

De acordo com a nossa sistemática recursal, o recurso cabível contra acórdão do Tribunal de origem que denega a ordem no *habeas corpus* é o recurso ordinário, consoante dispõe o art. 105, II, "a", da Constituição Federal. Do mesmo modo, o recurso adequado contra acórdão que julga recurso em sentido estrito é o recurso especial, nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal.

Acompanhando a orientação da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, a jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o *habeas corpus* não pode ser utilizado como substituto de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

Nesse sentido, encontram-se, por exemplo, estes julgados: HC n. 313.318/RS, Quinta Turma, Rel. Min. FELIX FISCHER, julgamento em 7/5/2015, DJ de 21/5/2015; HC n. 321.436/SP, Sexta Turma, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, julgado em 19/5/2015, DJ de 27/5/2015.

No entanto, nada impede que, de ofício, este Tribunal Superior constate a existência de ilegalidade flagrante, circunstância que ora passo a examinar.

Inicialmente, é de se notar que as teses de suposto direcionamento dos depoimentos prestados pelas vítimas, bem como, por conseguinte, de insuficiência dos indícios de autoria delitiva, consistem em alegações de inocência, que não encontram espaço de análise na estreita via do *habeas corpus* ou do recurso ordinário, por demandar exame do contexto fático-probatório.

Com efeito, segundo o STF, “não se admite no *habeas corpus* a análise aprofundada de fatos e provas, a fim de se verificar a inocência do Paciente” (HC n. 115.116/RJ, Relatora Ministra CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 16/9/2014, DJe 17/11/2014).

Também é o entendimento desta Corte que “reconhecer a ausência, ou não, de elementos de autoria e materialidade delitiva acarreta, inevitavelmente, aprofundado reexame do conjunto fático-probatório, sendo impróprio na via do *habeas corpus*” (RHC n. 119.441/CE, Relatora Ministra LAURITA VAZ, Sexta Turma, julgado em 7/11/2019, DJe 3/12/2019).

Noutro vértice, nota-se que a alegação sobre excesso de prazo para a formação da culpa, veiculada em petição incidental, é tema que deveria ter sido enfrentado primeiramente pela Corte estadual, o que não ocorreu, inviabilizando, portanto, o conhecimento da questão diretamente por esta Corte Superior, sob pena de se configurar indevida supressão de instância.

Como cediço, “matéria não apreciada pelo Juiz e pelo Tribunal de segundo grau não pode ser analisada diretamente nesta Corte, sob pena de indevida supressão de instância” (AgRg no HC n. 525.332/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019).

No mesmo sentido, é da Corte Maior que “o exaurimento da instância recorrida é, como regra, pressuposto para ensejar a competência do Supremo Tribunal Federal, conforme vem sendo reiteradamente proclamado por esta Corte (HC n. 129.142/SE, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 10/8/2017; RHC n. 111.935/DF, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 30/9/2013; HC n. 97.009/RJ, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 4/4/2014; HC n. 117.798/SP, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014)” (AgRg no HC n. 177.820/SP, Relator Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 6/12/2019, DJe 18/12/2019).

Assim, passa-se à análise sobre a presença ou não dos requisitos para a prisão

preventiva.

A prisão preventiva é uma medida excepcional, de natureza cautelar, que autoriza o Estado, observadas as balizas legais e demonstrada a absoluta necessidade, a restringir a liberdade do cidadão antes de eventual condenação com trânsito em julgado (art. 5º, LXI, LXV, LXVI e art. 93, IX, da CF).

Para a privação desse direito fundamental da pessoa humana, é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime, da presença de indícios suficientes da autoria e do perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal, que assim dispõe:

*A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.*

Quanto aos pressupostos/requisitos da prisão preventiva, colhem-se estas lições do Professor Guilherme de Souza Nucci:

*Entende-se pela expressão [garantia da ordem pública] a necessidade de se manter a ordem na sociedade, que, como regra, é abalada pela prática de um delito. Se este for grave, de particular repercussão, com reflexos negativos e traumáticos na vida de muitos, propiciando àqueles que tomam conhecimento da sua realização um forte sentimento de impunidade e de insegurança, cabe ao Judiciário determinar o recolhimento do agente.*

*[A conveniência da instrução processual] é motivo resultante da garantia da existência do devido processo legal, no seu aspecto procedimental. A conveniência de todo processo é realização da instrução criminal de maneira lisa, equilibrada e imparcial, na busca da verdade real, interesse maior não somente da acusação, mas, sobretudo, do réu. Diante disso, abalos provocados pela atuação do acusado, [...] a fuga deliberada do local do crime, [...] dentre outras.*

*Asseguração da aplicação da lei penal: significa garantir a finalidade útil do processo, que é proporcionar ao Estado o exercício do seu direito de punir, aplicando a sanção devida a quem é considerado autor de infração penal. (NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense: 2014, p. 699, 708 e 710).*

Embora a nova redação do referido dispositivo legal tenha acrescentado o novo pressuposto – demonstração do perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado –, apenas explicitou entendimento já adotado pela jurisprudência pátria ao abordar a necessidade de existência de *periculum libertatis*. Portanto, caso a liberdade do acusado não represente perigo à ordem pública, econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal, não se justifica a prisão. Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal:

*[...] . 7. O requisito do periculum libertatis exige a demonstração do perigo, atual ou futuro, decorrente da liberdade dos imputados. 8. Para que o decreto de custódia cautelar seja idôneo, é necessário que o ato judicial construtivo da liberdade traga, fundamentadamente, elementos concretos aptos a justificar tal medida. Precedentes. 9. É imprescindível apontar-se uma conduta dos réus que permita imputar-lhes a responsabilidade pela situação de perigo à genuinidade da prova. [...] (HC n. 137.066/PE, Relator Ministro DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 21/02/2017, DJe 13/03/2017).*

*[...]. Prisão preventiva. Decretação por força da mera gravidade da imputação, sem base em elementos fáticos concretos. Inadmissibilidade. Medida que exige, além do alto grau de probabilidade da materialidade e da autoria (fumus commissi delicti), a indicação concreta da situação de perigo gerada pelo estado de liberdade do imputado (periculum libertatis) e a efetiva demonstração de que essa situação de risco somente poderá ser evitada com a máxima compressão da liberdade do imputado. Necessidade, portanto, de indicação dos pressupostos fáticos que autorizam a conclusão de que o imputado, em liberdade, criará riscos para os meios ou o resultado do processo. [...] (HC n. 122.057/SP, Relator Ministro DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 02/09/2014, DJe 10/10/2014).*

*[...] III. Prisão preventiva: à falta da demonstração em concreto do periculum libertatis do acusado, nem a gravidade abstrata do crime imputado, ainda que qualificado de hediondo, nem a reprovabilidade do fato, nem o conseqüente clamor público constituem motivos idôneos à prisão preventiva: traduzem sim mal disfarçada nostalgia da extinta prisão preventiva obrigatória. (RHC n. 79.200/BA, Relator Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, julgado em 22/06/1999, DJU 13/08/1999).*

Idêntica é a posição desta Corte:

*[...]. 4. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o periculum libertatis. [...] (RHC n. 97.893/RR, Relator Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Sexta Turma, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019)*

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PECULATO E LAVAGEM DE CAPITAIS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.*

*2. [...] Como é cediço, a segregação preventiva, como medida cautelar acessória e excepcional, que tem por escopo, precipuamente, a garantia do resultado útil da investigação, do posterior processo-crime, da aplicação da lei penal ou, ainda, da segurança da coletividade, exige a efetiva demonstração do periculum libertatis e do fumus commissi delicti, nos termos do art. 312 do CPP. [...] (HC n. 503.046/RN, Relator Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019).*

Exige-se, ainda, na linha inicialmente perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, e agora normatizada a partir da edição da Lei n. 13.964/2019, que a decisão esteja pautada em motivação concreta de fatos novos ou contemporâneos, bem como demonstrado o lastro probatório que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato e revelem a imprescindibilidade da medida, vedadas considerações genéricas e vazias sobre a gravidade do crime.

Nesse sentido:

*[...] III - A prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu jus libertatis antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado. É por isso que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal*

[...]. (HC n. 321.201/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 6/8/2015, DJe 25/8/2015)

[...] 2. A prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da providência extrema, nos termos dos arts. 312 e seguintes do Código de Processo Penal. [...]. (HC n. 296.543/SP, Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 02/10/2014, DJe 13/10/2014).

No caso, colhe-se do acórdão impetrado, o qual manteve a prisão preventiva decretada pelo Juízo de origem, o seguinte teor (e-STJ fls. 67/70):

*Inicialmente, quanto à alegação de ausência de fundamentação das decisões judiciais que decretou e manteve a prisão preventiva, por oportuno, colaciono trechos das decisões atacadas e dos informes prestados pela autoridade tida como coatora:*

*“[...] subsumindo-me aos elementos de prova coligidos aos autos até a presente data e em consonância com o disposto no sistema normativo processual penal pátrio, impossível a esta magistrada, no momento, manter os indiciados em liberdade, em face da presença drástica dos pressupostos esculpidos no Art. 312 do Código de Processo Penal. A manutenção da prisão é medida imperativa, frente à presença dos pressupostos do artigo 312 do ordenamento jurídico-penal brasileiro. A necessidade da segregação cautelar dos agentes, se fundamenta na garantia da ordem pública, aplicação da lei penal e conveniência da instrução criminal, pelos seguintes fatos: o crime em comento é de extrema gravidade, a liberdade dos indiciados em liberdade poderá dificultar a busca da verdade que pauta a instrução criminal. Não preenchendo, assim, os requisitos esculpidos em lei para auferir o direito da liberdade provisória sem fiança e ou relaxamento de prisão, não há outro caminho senão a decretação da prisão preventiva [...] Com fundamento nos artigos 310, inciso II, e 312, todos do Código de Processo Penal, com a redação da Lei nº 12.403/2011, CONVERTO a prisão em flagrante de Duarte Vaz da Silva e Suzana Stuart Ferreira Medeiros em PRISÃO PREVENTIVA, o que faço para preservar a ordem pública, a instrução criminal e a aplicação da lei penal.” (decisão que decretou a prisão preventiva – consulta ao sítio virtual deste Tribunal de Justiça – autos originários de nº 201901205759).*

*[...] A gravidade do ato supostamente praticado deve ser levado em consideração, vez que o crime trouxe grande insegurança a Comarca, ainda devem ser consideradas os objetos da prática do crime que foram encontrados e os relatos trágicos das vítimas. O artigo 312 do Código de Processo Penal ensina que poderá ser decretada a prisão preventiva para a garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. Observa-se que há indícios suficientes de prova da existência do crime e de autoria, o requerente demonstra perigo a garantia da ordem pública, assim o art. 312 diz que presente tal requisito, deve ser mantida a prisão do mesmo. Deve-se frisar que a prisão em momento algum reconhece culpa ou condena previamente o requerente. Ainda, como se pode verificar dos autos, não houve nenhuma mudança fática desde a decretação da prisão preventiva, que ensejasse nova análise da liberdade. Assim, tendo em vista a possibilidade da manutenção da prisão, visto a autorização contida no art. 312 a fim de garantir a ordem pública e para conveniência da instrução criminal, acolho a manifestação ministerial e indefiro o pedido da defesa de Duarte Vaz da Silva determinando a manutenção da prisão do requerente.” (decisão que indeferiu*

*o pedido de revogação da prisão preventiva – movimentação 1, arquivo 2).*

*“[...] 1 — O paciente foi preso em flagrante delito em 20 de setembro de 2019 junto a Susana Stuart pela suposta prática do crime de cárcere privado mediante internação da vítima em casa de saúde; 2 — Consta dos autos do flagrante que no dia 20 de setembro de 2019 foram apuradas irregularidades por agente de fiscalização da Vigilância Sanitária, junto a polícia militar na Clínica Iluminar (local onde o paciente trabalha), que internos sofriam maus tratos, trabalho escravo, e sem o mínimo de higiene. 3 — após a inquirição de alguns internos, restou constatado que o paciente era quem punia e forçava os internos a trabalhos, que o mesmo usava de violência e choques. Em relato da testemunha Gisele Pereira, a mesma alegou que já foi punida com choque pelo paciente colocando um fio descascado em sua língua; 4 — o flagrante, após vistas ao Ministério Público, foi devidamente homologado em 22 de setembro de 2019 pelo juiz plantonista; 5 — remetidos os autos a este juízo, foi convertida a prisão em flagrante do paciente em preventiva, sendo medida necessária para a aplicação da lei penal e conveniência da instrução processual [...].” (informes da autoridade coatora – movimentação 7, arquivo 1).*

***Nas decisões proferidas e nos informes da autoridade tida como coatora, verifica-se a necessidade do ergástulo para a garantia da ordem pública de forma fundamentada, em face da extrema gravidade do delito, e o modus operandi da conduta, tendo em vista que os internos da Clínica Iluminar teriam sofrido maus tratos, trabalho escravo e não tinham o mínimo de higiene, sendo que o paciente era quem, supostamente, punia e os forçava a trabalhar, com uso de violência e choques elétricos, sendo imprescindível acautelar o meio social, preenchendo todos os requisitos legais necessários. Além disso, após consulta ao Sistema de Primeiro Grau, constatou-se que o paciente responde pela suposta prática dos delitos de conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência e estelionato (autos de nºs 201000858248 e 201901078366), o que demonstra fortes indícios de propensão à prática delitiva.***

*A meu ver, não evidenciada ilegalidade a reclamar a sua desconstituição, compatibilizada as decisões com os artigos 5º, inciso LXI, e 93, inciso IX, da Constituição Federal, e artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal.*

*(...)*

*E por ser corolário dessa minha convicção, no sentido de que a segregação provisória do paciente é o instrumento imprescindível para se preservar a ordem pública do possível cometimento de novas ações delituosas por parte do custodiado, é que vejo a impossibilidade de substituir a medida cautelar extrema por outra menos invasiva, constante no artigo 319 do Código de Processo Penal. A decisão objurgada encontra-se revestida dos elementos que lhe conferem validade, sendo suficientes seus fundamentos, em razão das circunstâncias fáticas que norteiam o caso em estudo, evidenciadas as condições autorizativas do recolhimento preventivo elencadas pelo artigo 312 do Código de Processo Penal, não se podendo falar em ausência de óbice para concessão da liberdade provisória, (...).*

Cumprir verificar se o cárcere preventivo foi decretado em afronta aos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal e sem fundamentação idônea, como aduz a inicial.

Ora, é da jurisprudência pátria a impossibilidade de se recolher alguém ao cárcere se inexistentes os pressupostos autorizadores da medida extrema, previstos na

legislação processual penal.

No ordenamento jurídico vigente, a liberdade é a regra. A prisão antes do trânsito em julgado, cabível excepcionalmente e apenas quando concretamente comprovada a existência do *periculum libertatis*, deve vir sempre baseada em fundamentação concreta, não em meras conjecturas.

Note-se ainda que a prisão preventiva se trata propriamente de uma prisão provisória; dela se exige venha sempre fundamentada, uma vez que ninguém será preso senão por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente (Constituição da República, art. 5º, inciso LXI), mormente porque a fundamentação das decisões do Poder Judiciário é condição absoluta de sua validade (CRFB, art. 93, inciso IX).

No caso em exame, como se vê dos trechos acima transcritos, as instâncias ordinárias destacaram a necessidade da medida para a garantia da ordem pública, tendo em vista as circunstâncias concretas que envolvem o fato criminoso, apontando-se que os internos de uma clínica de recuperação, onde o acusado e sua esposa trabalham, teriam sofrido maus tratos e trabalho escravo, e sido forçados a viverem em ambiente sem um mínimo de higiene, sendo o paciente apontado como a pessoa que supostamente punia e forçava a trabalhar, com uso de violência e choques elétrico. Uma das testemunhas, conforme relatado, alegou que chegou a ser punida com choque pelo acusado, colocando um fio descascado em sua língua. Tal cenário, além de evidenciar a gravidade exacerbada da conduta, revela a periculosidade do agente.

De fato, a gravidade concreta do crime como fundamento para a decretação ou manutenção da prisão preventiva deve ser aferida, como no caso, a partir de dados colhidos da conduta delituosa praticada pelo agente, que revelem uma periculosidade acentuada a ensejar uma atuação do Estado cerceando sua liberdade para garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

A propósito, “se as circunstâncias concretas da prática do crime indicam, pelo *modus operandi*, a periculosidade do agente ou o risco de reiteração delitiva, está justificada a decretação ou a manutenção da prisão cautelar para resguardar a ordem pública, desde que igualmente presentes boas provas da materialidade e da autoria” (HC n. 126.756/SP, Relatora Ministra ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 23/6/2015, publicado em 16/9/2015).

Ou seja, “se a conduta do agente – seja pela gravidade concreta da ação, seja pelo próprio modo de execução do crime – revelar inequívoca periculosidade, imperiosa a manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, sendo despidendo qualquer outro elemento ou fator externo àquela atividade” (HC n. 296.381/SP, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Quinta Turma, julgado em 26/8/2014, DJe 4/9/2014).

Ademais, não se pode ignorar, tal como apontou o acórdão, o fato de que o paciente responde pela suposta prática dos delitos de conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência e estelionato (autos de n. 201000858248 e 201901078366), circunstâncias que parecem indicar a inclinação do acusado para a delinquência.

Nesse contexto, mecione-se que, “conforme pacífica jurisprudência desta Corte, a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade” (RHC n. 107.238/GO, Relator



Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Sexta Turma, julgado em 26/2/2019, DJe 12/3/2019).

Portanto, mostra-se legítimo, no caso, o decreto de prisão preventiva, uma vez ter demonstrado, com base em dados empíricos, ajustados aos requisitos do art. 312 do CPP, o efetivo risco à ordem pública gerado pela permanência da liberdade.

Do mesmo modo, segundo este Tribunal, “a presença de condições pessoais favoráveis não representa óbice, por si só, à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautela.” (HC n. 472.912/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, julgado em 5/12/2019, DJe 17/12/2019).

Ademais, as circunstâncias que envolvem o fato demonstram que outras medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal são insuficientes para a consecução do efeito almejado. Ou seja, tendo sido exposta de forma fundamentada e concreta a necessidade da prisão, revela-se incabível sua substituição por outras medidas cautelares mais brandas.

Quanto ao tema, trago aos autos precedente do Supremo Tribunal Federal no seguinte sentido: “[...]. Necessidade da prisão provisória justificada. Gravidade concreta dos delitos. As medidas cautelares alternativas diversas da prisão, previstas na Lei 12.403/2011, não se mostram suficientes a acautelar o meio social. [...]” (HC n. 123.172/MG, Relator Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 3/2/2015, DJe 19/2/2015).

Em harmonia, esta Corte entende que é “indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando a constrição se encontra justificada e mostra-se necessária, dada a potencialidade lesiva da infração indicando que providências mais brandas não seriam suficientes para garantir a ordem pública”. (RHC n. 120.305/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019).

Dessa forma, demonstrados os pressupostos e motivos autorizadores da custódia cautelar, elencados no art. 312 do CPP, não se vislumbra constrangimento ilegal a ser reparado por este Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*. Recomendo, entretanto, de ofício, ao Juízo processante que reexamine a necessidade da segregação cautelar, tendo em vista o tempo decorrido e o disposto na Lei n. 13.964/2019.

Brasília, 23 de março de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca  
Relator